

CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 25A - 86800-235 - Apucarana - Paraná Fone: (43) 3420-7000 | 0800-6487002 | www.apucarana.pr.leg.br

COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI №70/2020

AUTORIA – Executivo Municipal

ASSUNTO – Altera dispositivos da Lei Municipal nº044, de 2 de julho de 2020 que autoriza o Executivo Municipal a receber por antecipação Área Institucional, como especifica.

TEOR DO PARECER

A Comissão de **JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO**, analisou o Projeto de lei nº70/2020, o qual altera dispositivos da Lei Municipal nº044, de 2 de julho de 2020 que autoriza o Executivo Municipal a receber por antecipação Área Institucional.

A área em questão será recebida antecipadamente para a execução do projeto da marginal da BR 376, entre o Distrito de Vila Reis e a trincheira do 30º Batalhão de Infantaria Mecanizado (30º BIMec).

Assim, faz-se necessário incluir na citada lei a finalidade dessa antecipação, qual seja a abertura de arruamento para ligação entre Vila Reis- Jardim Curitiba e acesso à Rua Zulmira em nosso município.

Findada a análise, não encontramos dispositivos ilegais ou inconstitucionais que impeçam a sua apresentação e tramitação normal, estando, desta forma, em condições de ser apreciado no que diz respeito aos aspectos que cumpre a esta comissão analisar.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Gabinete das Comissões, 10 de setembro de 2020.

PRESIDENTE

SECRETÁRIA

RELATOR.



CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 25A - 86800-235 - Apucarana - Paraná Fone: (43) 3420-7000 | 0800-6487002 | www.apucarana.pr.leg.br

COMISSÃO DE FINANÇAS, ECONOMIA E ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI №70/2020

AUTORIA – Executivo Municipal

ASSUNTO – Altera dispositivos da Lei Municipal nº044, de 2 de julho de 2020 que autoriza o Executivo Municipal a receber por antecipação Área Institucional, como especifica.

PARECER

A Comissão de **FINANÇAS, ECONOMIA E ORÇAMENTO** analisou o Projeto de lei nº70/2020, o qual altera dispositivos da Lei Municipal nº044, de 2 de julho de 2020 que autoriza o Executivo Municipal a receber por antecipação Área Institucional.

A área em questão será recebida antecipadamente para a execução do projeto da marginal da BR 376, entre o Distrito de Vila Reis e a trincheira do 30º Batalhão de Infantaria Mecanizado (30º BIMec).

Assim, faz-se necessário incluir na citada lei a finalidade dessa antecipação, qual seja a abertura de arruamento para ligação entre Vila Reis- Jardim Curitiba e acesso à Rua Zulmira em nosso município.

A douta Comissão de Justiça, Legislação e Redação já opinou quanto à legalidade e à constitucionalidade do Projeto.

Opinamos pela livre tramitação da matéria deixando o mérito para o plenário decidir.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Gabinete das Comissões, 10 de setembro de 2020

Francile Preto Godói-

SECRETĂRIO

José Airton Deco de Araújo

Do Clamp

RELATOR



CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 25A - 86800-235 - Apucarana - Paraná Fone: (43) 3420-7000 | 0800-6487002 | www.apucarana.pr.leg.br

COMISSÃO DE OBRAS ,SERVIÇOS PÚBLICOS,TRANSPORTE,URBANISMO E HABITAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº70/2020

AUTORIA – Executivo Municipal

ASSUNTO – Altera dispositivos da Lei Municipal nº044, de 2 de julho de 2020 que autoriza o Executivo Municipal a receber por antecipação Área Institucional, como especifica.

PARECER

A Comissão de OBRAS SERVIÇOS PÚBLICOS, TRANSPORTE, URBANISMO E HABITAÇÃO, analisou o Projeto de lei nº70/2020, o qual altera dispositivos da Lei Municipal nº044, de 2 de julho de 2020 que autoriza o Executivo Municipal a receber por antecipação Área Institucional.

A área em questão será recebida antecipadamente para a execução do projeto da marginal da BR 376, entre o Distrito de Vila Reis e a trincheira do 30° Batalhão de Infantaria Mecanizado (30° BIMec).

Assim, faz-se necessário incluir na citada lei a finalidade dessa antecipação, qual seja a abertura de arruamento para ligação entre Vila Reis- Jardim Curitiba e acesso à Rua Zulmira em nosso município.

A douta Comissão de Justiça, Legislação e Redação já opinou quanto à legalidade e à constitucionalidade do Projeto.

Opinamos pela livre tramitação da matéria deixando o mérito para o plenário decidir.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Gabinete das Comissões, 10 de setembro de 2020.

Francile Preto Godói

PRESIPENTE

Gentil Pereira de Souza Filho

SECRETÁRIO

itonio Marques da Silva

RELATOR